RELATÓRIO JC 4870 VI FIDC-NP - ATRIBUIÇÃO

JC 4870 VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS FIDC-NP

Analista Responsável **BEATRIZ NISHIKAVA MENDES**
Diretor Técnico **MAURICIO BASSI RINCÓN**
5 De Novembro De 2026

RATINGS

LEGENDA ↑ AUMENTO ↓ REBAIXAMENTO ✓ CONFIRMAÇÃO
REVISÃO ATRIBUIÇÃO ✕ ENCERRAMENTO

FE0075-2021- FIDC - SUBORDINADA	**CCC(FE)** **LONGO: ESTÁVEL**

CLASSIFICAÇÕES

FE0075-2021 / FIDC - Subordinada / 26.570.645/0001-53

Atribuição do Rating CCC (FE) Longo Prazo - Perspectiva Estável em 5 de novembro de 2026

Rating Inicial: Atribuição do Rating CCC (FE) Longo Prazo - Perspectiva Estável em 5 de novembro de 2026

SOBRE O COMITÊ

O Comitê de Rating referente a este relatório foi realizado em 05/11/2026, registrado sob o número de ata 0579/2026, e conduzido em conformidade com a POL-08 - Política de Comitê, garantindo aderência às diretrizes e boas práticas estabelecidas para o processo de avaliação. A política completa pode ser acessada em www.liberumratings.com.br.

FUNDAMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Liberum Ratings atribuiu a classificação de risco CCC de longo prazo para as cotas Subordinada Júnior, do JC 4870 VI FIDC-NP, com perspectiva estável.

O rating das Cotas do JC 4870 VI FIDC NP está fundamentado principalmente, entre outros aspectos, pela exposição ao risco, uma vez que, além das aplicações realizadas no Fundo não contarem com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora Especializada, do Custodiante ou de quaisquer terceiros, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), as Cotas não possuem outros mecanismos de proteção e cobertura, de maneira que estão mais suscetíveis aos movimentos da carteira, sejam eles positivos ou negativos.

Dentro desse contexto, a carteira é composta por direitos relativos ao recebimento de quaisquer valores que vierem a ser atribuídos, constituídos ou reconhecidos no âmbito da Ação Judicial movida em face da Devedora, que, por sua vez, trata-se do Processo n.º 0001187-09.2013.4.01.3400, em fase de execução, e respectivos Embargos à Execução nº 000280586.2013.4.01.3400), em trâmite perante a 17ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, bem como, de forma geral, todas as ações e medidas, existentes ou futuras, que sejam a eles conexas ou incidentais ou deles decorrentes, e os respectivos recursos, existentes ou futuros, em qualquer instância, incluindo os Precatórios (conforme adiante definidos) que venham a ser expedidos nos autos da referida Ação Judicial, descontados os honorários do Patrono da Ação (equivalente a 10% dos valores recebidos).

Essa ação prevê a indenização contra a União Federal pelos danos patrimoniais sofridos em razão da fixação dos preços do açúcar e do álcool pelo Instituto de Açúcar e do Álcool (IAA) abaixo dos custos de produção da Usina Delta S.A. Açúcar e Álcool, inscrita sob o CNPJ baixado 25.433.194/0001-40, no período que se estende entre março de 1985 e outubro de 1989, sendo que esses Direitos, já reconhecidos os seus méritos, foram cedidos para a Cedente, a Mausa S.A. Equipamentos Industriais, inscrita sob o CNPJ 54.363.072/0001-22, que assumiu o polo ativo a partir de 2014.

Desta forma, o desempenho das cotas depende em grande medida da (i) evolução e do sucesso dos trâmites judiciais e burocráticos dos casos

cedidos em suas respectivas etapas no ato da aquisição, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão de fato efetuados ou, caso o sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores previstos pelas partes envolvidas do fundo, de modo que tais ativos não possuem um fluxo bem definido de recebimentos, e, portanto, existe um potencial risco de falta de liquidez por longos períodos; (ii) da capacidade de pagamento dos órgãos da administração direta e indireta dos entes federativos; (iii) uma vez emitidos os precatórios, da sua inclusão no orçamento público, o que, dentro do contexto atual, com o aumento do nível de endividamento, ainda permanecem suscetíveis a riscos; e (iv) do reconhecimento do fundo como polo ativo da ação para mitigar o risco de fungibilidade dos recursos caso estes sejam depositados na conta da Cedente.

Com isso em vista, a Liberum Ratings avalia que essas ativos possuem alto grau de risco especulativo, tendo em vista que, além do risco de falta de liquidez por um longo período, o que pode provocar oscilações expressivas na rentabilidade das Cotas, não se tem qualquer definição se de fato as ações adquiridas serão bem-sucedidas em seus respectivos processos, sendo que os cotistas poderão sofrer perdas em decorrência do valor da cessão, dos custos de monitoramento, bem como dos custos judiciais e extrajudiciais, entre outros ônus que se façam necessários.

NOTA METODOLÓGICA

A partir da data-base de setembro de 2026, a classificação dos direitos creditórios entre *a vencer* e *vencidos* passou a observar o critério D+1, em substituição ao D+0 anteriormente adotado. Com essa alteração, os títulos com vencimento coincidente com a data de fechamento do estoque permanecem classificados como *a vencer*, passando à condição de *vencidos* somente no dia subsequente. A alteração metodológica deve ser considerada na análise comparativa dos indicadores de inadimplência, uma vez que eventuais variações podem decorrer da mudança de critério, não refletindo, necessariamente, alterações na qualidade creditícia da carteira.

CARACTERÍSTICAS E PARTES ENVOLVIDAS

Emitente	JC 4870 VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS FIDC-NP
CNPJ	26.570.645/0001-53
Data de Registro	21/11/2016
Condomínio	Fechado
Investidor-Alvo	Profissional
Fundo Exclusivo	Não
Prazo de Funcionamento	Indeterminado
Principais Ativos	Ação Judicial contra a União Federal, Processo n.º 0001187-09.2013.4.01.3400, em trâmite perante a 17ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, bem como, de forma geral, todas as ações e medidas, existentes ou futuras, que sejam a eles conexas ou incidentais ou deles decorrentes, e os respectivos recursos, existentes ou futuros, em qualquer instância, incluindo os Precatórios que venham a ser expedidos nos autos da referida Ação Judicial, direitos representados por Parecer Legal com o detalhamento do estágio processual da Ação Judicial, o Contrato de Promessa de Cessão e o Termo de Cessão.
Taxa Mínima de Cessão	NA
Concentração Maior Cedente	100% do PL
Concentração Maior Sacado	100% do PL
Administrador	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Custodiante	QI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A
Gestor	JUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA

CARACTERÍSTICAS DOS ATIVOS

FIDC - SUBORDINADA

Valor Unitário de Emissão	R$ 500,00
Quantidade de Cotas na Emissão	1.000

DESEMPENHO DO FUNDO

Durante o 3º trimestre de 2026, o fundo JC 4870 VI FIDC-NP apresentou um patrimônio líquido de R$ 244,07 milhões em setembro de 2026, não possuindo valores alocados em Créditos a Vencer e Créditos Vencidos.

VETORES DE RATING

O rating das Cotas do JC 4870 VI FIDC NP está fundamentado pelo perfil de risco e pelos critérios de elegibilidade dos ativos potencialmente securitizáveis, bem como pela alocação dos recursos remanescentes, pelo estágio avançado da ação e pela experiência da gestora. Os principais aspectos que poderão acarretar o rebaixamento do rating se referem principalmente a alterações no marco jurídico que modifiquem o procedimento que os direitos creditórios são pagos influenciando o fluxo de caixa projetado do Fundo e também, assim como decisões em relação as diversas contestações da União que possam protelar o cronograma de pagamento ou alterar o valor do precatório(s)/ação judicial.

FLUXO DE CAIXA/LIQUIDEZ

Os principais aspectos que poderão comprometer a formação de liquidez se referem principalmente ao alongamento do prazo médio dos direitos creditórios e ao aumento do nível de inadimplência, que se refletiria em redução das rendas obtidas com o fluxo de recebimento dos créditos. Ainda, o risco de liquidez, na visão da Liberum Ratings, recai sobre a qualidade dos direitos creditórios, uma vez que a principal fonte de recurso do Fundo para efetuar o pagamento da amortização das cotas é a liquidação dos direitos creditórios.

No caso do JC 4870 VI FIDC NP, as liquidações dependem da evolução e do sucesso dos trâmites judiciais até o levantamento das quantias depositadas, uma vez que as operações são oriundas de ações judiciais no Brasil movidas contra entes públicos, com sentença transitada em julgado, podendo ser representados por precatórios já emitidos ou a serem emitidos, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão de fato efetuados ou, caso o sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores previstos pelas partes envolvidas do fundo, de modo que tais ativos não possuem um fluxo bem definido de recebimentos, e, portanto, existe um potencial risco de falta de liquidez por longos períodos.

FATO RELEVANTE

Em 4 de setembro de 2026, foi aprovada em Assembleia Geral, a emissão de cotas de classe única no montante de R$ 840.000,00, sendo R$ 420.000,00 em Cotas Sênior e R$ 420.000,00 em Cotas Subordinadas.

CONSIDERAÇÕES DO RATING

O Investidor que aplicar os seus recursos no JC 4870 VI NP está tomando o risco de uma carteira composta por operações oriundas de ações judiciais no Brasil movidas contra entes públicos, com sentença transitada em julgado ou não, prolatadas ou que serão prolatadas no curso de ações judiciais contra os entes federativos, podendo ser representados por precatórios já emitidos ou a serem emitidos, portanto, não existindo definição de estágio dos processos a serem adquiridos pelo fundo.

Sendo assim, é possível que medidas judiciais pendentes, ajuizadas pelos devedores ou terceiros (e.g. Ministério Público), atrasem o pagamento ou afetem a validade, existência ou montante dos Direitos Creditórios. Dentre tais medidas pode citar-se, por exemplo, ação rescisória (e.g. fundada em violação literal a disposições legais ou existência de erro material), ação civil pública (e.g. contestando laudos periciais, etc.), medida cautelar ou agravo de instrumento (e.g. requerendo suspensão da expedição de alvará de levantamentos de parcelas), dentre outras.

Dentro desse contexto, a carteira é composta por uma parcela correspondente a 96,74% dos direitos relativos ao recebimento de quaisquer valores que vierem a ser atribuídos, constituídos ou reconhecidos no âmbito da Ação Judicial movida em face da Devedora, que, por sua vez, trata-se do Processo n.º 0001187-09.2013.4.01.3400, em fase de execução, e respectivos Embargos à Execução nº 0002805-86.2013.4.01.3400), em trâmite perante a 17ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, bem como, de forma geral, todas as ações e medidas, existentes ou futuras, que sejam a eles conexas ou incidentais ou deles decorrentes, e os respectivos recursos, existentes ou futuros, em qualquer instância, incluindo os Precatórios (conforme adiante definidos) que venham a ser expedidos nos autos da referida Ação Judicial, descontados os honorários do Patrono da Ação (equivalente a 10% dos valores recebidos).

Essa ação prevê a indenização contra a União Federal pelos danos patrimoniais sofridos em razão da fixação dos preços do açúcar e do álcool pelo Instituto de Açúcar e do Álcool (IAA) abaixo dos custos de produção da Usina Delta S.A. Açúcar e Álcool, inscrita sob o CNPJ baixado 25.433.194/0001-40, no período que se estende entre março de 1985 e outubro de 1989, sendo que esses Direitos, já reconhecidos os seus méritos, foram cedidos para a Cedente, a Mausa S.A. Equipamentos Industriais, inscrita sob o CNPJ 54.363.072/0001-22, que assume o polo ativo a partir de 2014.

Desta forma, o desempenho das cotas depende em grande medida da (i) evolução e do sucesso dos trâmites judiciais e burocráticos dos casos cedidos em suas respectivas etapas no ato da aquisição, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão de fato efetuados ou, caso o sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores previstos pelas partes envolvidas do fundo, de modo que tais ativos não possuem um fluxo bem definido de recebimentos, e, portanto, existe um potencial risco de falta de liquidez por longos períodos; (ii) da capacidade de pagamento dos órgãos da administração direta e indireta dos entes federativos; (iii) uma vez emitidos os precatórios, da sua inclusão no orçamento público, o que, dentro do contexto atual, com o aumento do nível de endividamento, permanece permeado de incertezas; e (iv) do reconhecimento do fundo como polo ativo da ação para mitigar o risco de fungibilidade dos recursos caso estes sejam depositados na conta da Cedente.

Sendo assim, a Liberum Ratings avalia que essas ativos possuem alto grau de risco especulativo, tendo em vista que, além do risco de falta de liquidez por um longo período, o que pode provocar oscilações expressivas na rentabilidade das Cotas, não se tem qualquer definição se de fato as ações adquiridas serão bem-sucedidas em seus respectivos processos, sendo que os cotistas poderão sofrer perdas em decorrência do valor da cessão, dos custos de monitoramento, bem como dos custos judiciais e extrajudiciais, entre outros ônus que se façam necessários.

As liquidações dos direitos creditórios dependem do prazo de levantamento dos recursos e da liquidação propriamente dita, uma vez que as operações são oriundas de ações judiciais no Brasil movidas contra entes públicos, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão de fato efetuados ou, caso o sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores previstos pelas partes envolvidas do fundo, de modo que tais ativos não possuem um fluxo bem definido de recebimentos, e, portanto, existe um potencial risco de falta de liquidez por longos períodos.

As ações oriundas de empresas com suas atividades ativas possuem um potencial risco de retrocessão, afetando o pagamento ou mesmo a validade da cessão, uma vez que parte dos recursos podem estar comprometidos em decorrência de impostos devidos, ações trabalhistas, dentre outras questões. Sendo assim, caso a decisão que deu origem ao Direito de Crédito seja revertida, as quantias devidas poderão ter que ser restituídas caso já tenham sido levantadas ou mesmo ter o seu levantamento suspenso temporariamente.

Além disso, a titularidade do Fundo quanto aos Direitos Creditórios poderá não ser reconhecida ou ser inviabilizada, assim como um terceiro poderá alegar ser o legítimo titular dos Direitos Creditórios (devendo ocorrer assim uma disputa judicial para resolver o litígio). Desta forma, não é possível assegurar que nenhum terceiro irá contestar a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, baseado na invalidade ou fraude na cadeia da cessão decorrente de ações ou omissões do Cedente, Emissor ou do reclamante, como cessionário anterior, ou devido à existência de qualquer outro ônus decorrente de ações ou omissões do Cedente, Emissor ou do reclamante; impactando o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios para o fundo.

Os recursos remanescentes que não estiverem alocados em direitos creditórios podem ser alocados em ativos com baixo perfil de risco, a saber: [a] títulos de emissão do Tesouro Nacional, do BACEN ou da União Federal; [b] operações compromissadas, desde que tais operações sejam estritamente necessárias e tenham como lastro títulos de emissão do Tesouro Nacional, do BACEN ou da União Federal; e [c] cotas de fundos de investimento administrados por instituições financeiras de primeira linha e classificados pela ANBIMA como "Renda Fixa", nos termos da regulamentação em vigor, e cujos regulamentos vedem a realização de operações com derivativos.

Ademais, além das aplicações realizadas no Fundo não contarem com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora Especializada, do Custodiante ou de quaisquer terceiros, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), as Cotas Subordinadas Juniores não possuem outros mecanismos de proteção e cobertura, não tendo preferência em seus resgates/amortizações, de maneira que estão mais suscetíveis aos movimentos da carteira, sejam eles positivos ou negativos.

Por fim, é importante atentar para o fato de que fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado. Sendo assim, o resgate das cotas só poderá ser feito ao término do prazo de duração das respectivas classes e/ou séries das Cotas ou em função da liquidação do fundo. Em caso de liquidação antecipada, o fundo pode não dispor de recursos suficientes para pagamento aos cotistas, e caso o investidor queira se desfazer de suas cotas, poderá enfrentar baixa liquidez no mercado secundário e/ou perdas patrimoniais.

Histórico do Fundo. Em junho/23 a administradora do fundo, em conformidade com o manual interno de precificação de ativos deliberou pela alteração do artigo 33 em regulamento. Como reflexo de tal medida, foi anunciado como fato relevante a valorização em 462,78% no PL do fundo no mesmo mês.

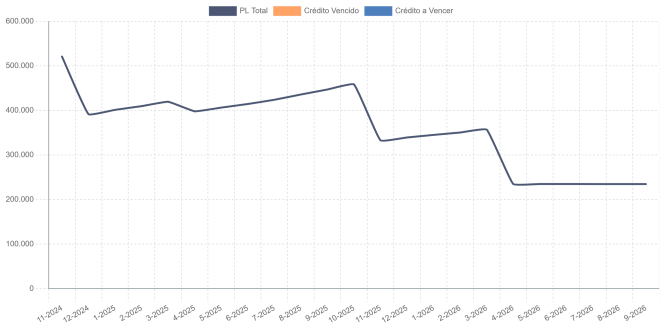
LÂMINAS

Nesta seção são apresentados dados históricos de performance do Fundo, conforme fornecidos à Liberum Ratings por parte de suas respectivas Administradoras. Os dados recebidos são trabalhados pela Liberum para fins de cálculo de diversos indicadores, apresentados em gráficos e tabelas, tal como se segue.

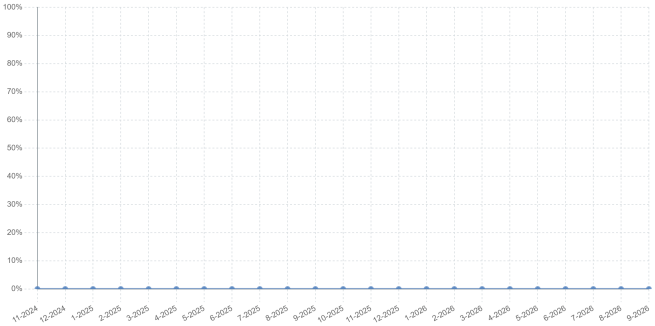
Composição do PL (R$ mil)

Período	PL	Créditos AV	Créditos V	Op. Comp.	Fundos de Invest.	Títulos Públicos	Tesouraria	CDB	Pagar/Receber	Outros	PDD
11-2025	346.076	0	0	0	97	0	0	0	-58	346.037	0
12-2025	352.863	0	0	0	32	0	0	0	-69	352.899	0
1-2026	358.782	0	0	0	14	0	0	0	29	358.739	0
2-2026	364.396	0	0	0	185	0	0	0	-144	364.354	0
3-2026	371.109	0	0	0	90	0	0	0	-8	371.026	0
4-2026	244.305	0	0	0	6	0	0	0	-32	244.331	0
5-2026	244.243	0	0	0	6	0	0	0	-94	244.331	0
6-2026	244.205	0	0	0	6	0	0	0	-132	244.331	0
7-2026	244.163	0	0	0	6	0	0	0	-174	244.331	0
8-2026	244.120	0	0	0	0	0	0	0	-212	244.331	0
9-2026	244.071	0	0	0	0	0	0	0	-260	244.331	0

Composição do PL (R$ mil) - Gráfico



Alocação (Carteira % do PL + PDD)



PL das Cotas (R$ mil)

Período	FIDC	Senior	Subordinada
11-2025	346.076	346.076	0
12-2025	352.863	352.863	0
1-2026	358.782	358.782	0
2-2026	364.396	364.396	0
3-2026	371.109	371.109	0
4-2026	244.280	244.280	0
5-2026	244.243	244.243	0
6-2026	244.205	244.205	0
7-2026	244.163	244.163	0
8-2026	244.125	0	244.125
9-2026	244.084	0	244.084

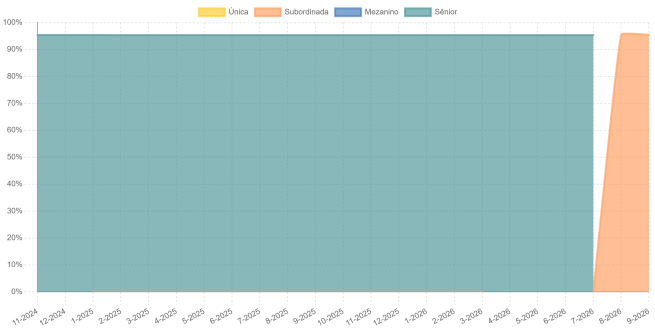
Quantidade de Cotas

Período	Senior	Subordinada
11-2025	67.130,15	1.000,00
12-2025	67.130,15	1.000,00
1-2026	67.130,15	1.000,00
2-2026	67.180,77	1.000,00
3-2026	67.180,77	1.000,00
4-2026	68.180,77	1.000,00
5-2026	68.180,77	1.000,00
6-2026	68.180,77	1.000,00
7-2026	67.180,77	1.000,00
8-2026	0,00	68.180,77
9-2026	0,00	68.180,77

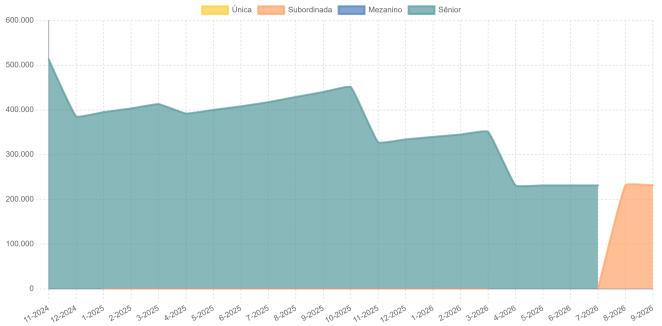
Valor das Cotas (R$)

Período	Senior	Subordinada
1-2026	5.344,57	0,00
2-2026	5.424,11	0,00
3-2026	5.524,04	0,00
4-2026	3.582,82	0,00
5-2026	3.582,29	0,00
6-2026	3.581,73	0,00
7-2026	3.634,42	0,00
8-2026	0,00	3.580,56
9-2026	0,00	3.579,96
11-2025	5.155,30	0,00
12-2025	5.256,40	0,01

Composição do PL por Classe (% do PL) - Gráfico



PL das Cotas (R$ mil) - Gráfico



Captações (R$)

Período	Senior	Subordinada
11-2025	0	0
12-2025	0	0
1-2026	0	0
2-2026	275.000	0
3-2026	0	0
4-2026	0	0
5-2026	0	0
6-2026	0	0
7-2026	0	0
8-2026	0	0
9-2026	0	0

Resgates e Amortizações (R$)

Período	Senior	Subordinada
11-2025	0	0
12-2025	0	0
1-2026	0	0
2-2026	1.041	0
3-2026	0	0
4-2026	0	0
5-2026	0	0
6-2026	0	0
7-2026	0	0
8-2026	0	0
9-2026	0	0

Rentabilidade Mensal (%)

Período	Subordinada	Única
11-2025	0.0%	0.0%
12-2025	0.0%	0.0%
1-2026	0.0%	0.0%
2-2026	0.0%	0.0%
3-2026	0.0%	0.0%
4-2026	0.0%	0.0%
5-2026	0.0%	0.0%
6-2026	0.0%	0.0%
7-2026	0.0%	0.0%
8-2026	-0.0%	0.0%
9-2026	-0.0%	0.0%

CRITÉRIOS DA ANÁLISE

METODOLOGIA UTILIZADA

Metodologia(s) Liberum Ratings para esta(s) e demais classes de ativos. Saiba mais em: https://www.liberumratings.com.br/metodologia

ESCALAS DE AVALIAÇÃO

Escalas Liberum Ratings de Curto Prazo e Longo Prazo (Local), Local x Global, e Qualidade de Gestão e Recursos. Saiba mais em: https://www.liberumratings.com.br/metodologia

FREQUÊNCIA DE MONITORAMENTO

A política de monitoramento de ratings para esta(s) classe(s) de ativo(s) é descrita na Metodologia de Ratings disponível no site da Liberum Ratings. Saiba mais em: https://www.liberumratings.com.br/metodologia

PROCESSO DE DILIGÊNCIA SOBRE OS ATIVOS AVALIADOS

A presente avaliação se apoiou, entre outros, no uso de bases de dados históricas e comparativas para este tipo de ativo e o uso de modelos de análise proprietários, os quais consideram aspectos qualitativos e quantitativos especificamente associados a este tipo de ativo. O sufixo utilizado pela Liberum Ratings ao lado dos ratings atribuídos, representa a(s) classe(s) de ativo(s) avaliado(s).

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Privacidade e segurança são prioridades e nos comprometemos com a transparência do tratamento de dados pessoais dos nossos usuários/clientes. Por isso, estamos sob as normas da Constituição Federal de 1988 (art. 5º, LXXIX; e o art. 22º, XXX – incluídos pela EC 115/2022), das normas de Proteção de Dados (LGPD, Lei Federal 13.709/2018), das disposições consumeristas da Lei Federal 8078/1990 e as demais normas do ordenamento jurídico brasileiro aplicáveis.

DECLARAÇÕES REGULAMENTARES E INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- A Liberum Ratings está avaliando esta espécie de ativo financeiro pela primeira vez? Não
- Esta classificação foi comunicada a entidade avaliada ou partes relacionadas a ela e em decorrência desse fato, a nota atribuída foi alterada antes da emissão deste relatório? Não
- Informações posteriores a essa data podem causar a alteração da classificação ou dos fundamentos expostos neste relatório.
- As informações disponíveis para a emissão da classificação e, consequentemente, deste relatório foram consideradas suficientes e alinhadas com os requerimentos metodológicos aplicáveis para a mesma. As informações utilizadas foram encaminhadas pelo Administrador do Fundo, pelo Custodiante e pelo Consultor dos Direitos Creditórios. Também foram utilizadas informações de domínio público e privado.
- A Liberum Ratings prestou outros serviços para a entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não
- Houve serviços prestados por partes relacionadas da Liberum Ratings para entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não
- A classificação de risco foi contratada por terceiros, outros que a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não
- A entidade avaliada ou parte a ela relacionada é responsável por mais de 5% da receita anual da Liberum Ratings? Não.A Liberum Ratings publica anualmente a lista de entidades que representam mais do que 5% do seu faturamento em seu Formulário do Anexo 13. Acesse o formulário no site www.liberumratings.com.br.
- A Liberum Ratings, seus analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão de uma determinada classificação de risco, seus cônjuges, dependentes ou companheiros, tem, direta ou indiretamente, interesses financeiros e comerciais relevantes em relação à entidade avaliada? Não
- Os analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco tem vínculo com pessoa natural que trabalhe para a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não
- Os procedimentos adotados para a emissão desta classificação de risco e emissão de relatório de rating estão enquadrados nos critérios estipulados no Código de Conduta desta Agência bem como nos seus procedimentos de Controles Internos e o Compliance.
- A estrutura da operação avaliada apresenta concentração superior a 50% em um único devedor e/ou coobrigado? Não
- Há informação suficiente para a análise dos principais aspectos de governança corporativa do devedor e/ou coobrigado da operação? Não
- Este relatório padrão foi desenvolvido com o suporte de técnicas avançadas de machine learning? Não

A Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. (Liberum Ratings) emite seus pareceres, opiniões e demais materiais com base em informações encaminhadas por terceiros, dados que são considerados confiáveis e precisos. No entanto, há a possibilidade de erros de ordem humana, técnica ou de qualquer outra índole na elaboração e transmissão dessas informações. Nesses casos, a Liberum Ratings não faz nenhuma representação, nem avaliza, garante ou se responsabiliza - de forma explícita ou implícita – por erros ou omissões nos dados recebidos, ou, ainda, sobre a exatidão, completude, resultados, abrangência e integridade dos mesmos.

Também não se responsabiliza por erros, omissões, resultados de opiniões ou análises que derivem de tais informações. O processo de análise utilizado pela Liberum Ratings não compreende a auditoria ou a verificação sistemática de tais informações. Eventuais investigações para a checagem desses dados variam, dependendo de fatos e circunstâncias.

Sob nenhuma circunstância, a Liberum Ratings, seus diretores, empregados, prestadores de serviços ou agentes serão responsabilizados civilmente ou de qualquer outra forma por quaisquer danos diretos, indiretos ou compensações, incluindo, mas não se limitando, a perda de dinheiro, lucros ou good will; pelo tempo perdido durante o uso ou impossibilidade de uso do website ou durante o prazo necessário para avaliação das informações recebidas e na elaboração das análises e opiniões, divulgadas ou não em seu website; por ações ou decisões tomadas com base nas opiniões da Liberum Ratings e demais informações veiculadas pelo seu website; por erros em quaisquer circunstâncias ou contingências, de controle ou não da Liberum Ratings e de seus agentes, originados pela comunicação, análise, interpretação, compilação, publicação ou entrega de quaisquer informações contidas e/ou disseminadas pelo website da Liberum Ratings.

Os ratings e quaisquer outras opiniões emitidas pela Liberum Ratings, ou outros materiais, são disponibilizados em seu website (www.liberumratings.com.br). Tais publicações são meras opiniões e devem ser interpretadas como tal. De nenhum modo e sob nenhuma circunstância devem ser consideradas como fatos ou verdades sobre a capacidade de crédito do emissor ou ativo financeiro (de crédito ou de qualquer outra índole) avaliado. Portanto, não representam, de nenhuma forma, recomendação para aquisição, venda ou manutenção de ativos em portfólio. Desse modo, as avaliações emitidas pela Liberum Ratings não são, nem substituem, prospectos ou demais informações, obrigatórias ou não, fornecidas ou apresentadas aos investidores e seus agentes na venda ou distribuição de ativos financeiros. Em razão de mudanças e/ou indisponibilidade de informações tidas como necessárias para a emissão e descontinuidade do monitoramento do rating, ou outros fatores considerados pertinentes, as classificações de risco emitidas pela Liberum Ratings podem ser alteradas, suspensas ou retiradas a qualquer momento. Os ratings públicos emitidos pela Liberum Ratings são atualizados em seu website (www.liberumratings.com.br).

Na maior parte dos casos, os trabalhos realizados pela Liberum Ratings são remunerados pelos emissores, estruturadores ou garantidores dos ativos avaliados.

Liberum Ratings

contato@liberumratings.com.br
+55 (11) 3165-4222
Rua Bandeira Paulista, N° 530, Conjunto 53, Itaim Bibi
São Paulo - SP, CEP: 04532-001